



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

*MT
C
A
—
U
C*



RELATÓRIO E CONTAS

PERÍODO DE 2017



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade, independência, Competência.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PT', 'Coord', and several illegible names.

Relatório e Contas do Período de 2017

- 1 Relatório de Atividades**
- 2 Demonstrações Financeiras**
- 3 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- 4 Certificação Legal das Contas**



[Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Gonç', 'Am', 'U', and 'Ch']

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1	Introdução	5
2	Evolução da atividade profissional	5
3	Atividades desenvolvidas	6
3.1	Órgãos Sociais	6
3.1.1	Assembleia Geral	6
3.1.2	Conselho Superior	6
3.1.3	Bastonário	6
3.1.4	Conselho Diretivo	7
3.1.5	Conselho Disciplinar	7
3.2	Departamentos	8
3.2.1	Departamento Técnico	8
3.2.2	Departamento de Formação e Publicações	11
	Formação Contínua	11
3.2.3	Departamento de Qualificação e Atividade Profissional	14
3.2.4	Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão	20
3.2.5	Comissão de Ética e Deontologia Profissional	24
3.3	Serviços Regionais do Norte (SRN)	24
3.4	Outras atividades desenvolvidas	25
3.4.1	Relações Institucionais	25
3.4.2	Relações Internacionais	26
3.4.3	Eventos	26
3.4.3.1	25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos	26
3.4.3.2	Encontros na Ordem	26
4	Recursos Humanos	29
5	Análise económica e financeira	29
5.1	Análise económica	29
5.1.1	Rendimentos e ganhos	30
	Evolução geral	30
	Quotas	31
	Ações de formação	31



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1 Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea q) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Representativa o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2017.

Pretende-se com este documento proceder a uma síntese da atividade desenvolvida pela Ordem durante o ano de 2017, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas da sua evolução futura.

2 Evolução da atividade profissional

A profissão registou em 2017 um aumento líquido de 39 Revisores Oficiais de Contas (ROC), refletindo o efeito conjugado da admissão de 49 novos membros, do cancelamento de 8 inscrições e do falecimento de 2 membros. A maioria dos membros que se inscreveram são ROC que não perspetivam iniciar de imediato a atividade, o que reflete a atual envolvente da profissão, situação convergente com o que se tem assistido desde há alguns anos.

Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese do número de ROC inscritos, em confronto com os anos de 2016 e de 2015, o que reflete o aumento líquido, referido, de 39 membros, verificando-se que esse aumento se regista nos ROC sem atividade.

ROC	2017	2016	2015	Variação face a 2016	
				N.º	%
Sem atividade	508	465	440	43	9,24 %
Suspensos	141	131	130	10	7,63 %
Não suspensos	367	334	310	33	9,88 %
Com atividade	931	935	936	-4	-0,42 %
A título individual	223	228	208	-5	-2,19 %
Sob contrato de prestação de serviços	87	101	107	-14	-13,86 %
Como Sócios de SROC	621	606	621	15	2,47 %
Total	1 439	1 400	1 376	39	2,78 %

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M. V. M.', 'G. V.', 'A.', 'U.', 'D.', and 'G.'.



A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) observa-se no quadro seguinte:

SROC	2017	2016	2015	Variação face a 2016	
				N.º	%
Número de Sociedades	180	177	228	3	1,69 %

3 Atividades desenvolvidas

3.1 Órgãos Sociais

3.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral da OROC reuniu em 30 de março de 2017 para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2016. Foi também realizada a Assembleia Geral Eleitoral, em 29 de novembro para eleição dos membros para o triénio de 2018-2020.

3.1.2 Conselho Superior

Durante o ano de 2017 o Conselho Superior procedeu à apreciação e emissão de parecer das propostas de Regulamento da Atribuição do Título de Especialidade Profissional, de Regulamento inerente à contratação de trabalhadores e à apreciação e deliberação da nova versão do regimento do Conselho Superior.

Procedeu, também à apreciação e deliberação dos relatórios do Instrutor, a que se refere o artigo 15.º, n.º 2 do Regimento do Conselho Superior, sobre os recursos interpostos no âmbito dos processos disciplinares n.º 12/2017 e n.º 10/2016 e à audição da comunicação do Presidente do Conselho Superior prevista no artigo 11.º do Regimento do Conselho Superior.

3.1.3 Bastonário

O Bastonário, para além de presidir ao Conselho Diretivo, representou a OROC em várias instâncias e eventos nacionais e internacionais, dirigiu os serviços da Ordem e assegurou a direção da revista Revisores e Auditores, tendo ainda exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem. Manteve contactos com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito das suas funções de supervisão da auditoria.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



3.1.4 Conselho Diretivo

Durante o ano de 2017, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente, tendo, no âmbito das suas atribuições estatutárias, tomado as deliberações que considerou adequadas. De uma forma geral, é possível afirmar que as atividades previstas para o ano de 2017 foram globalmente realizadas, tendo havido cumprimento do Orçamento aprovado.

3.1.5 Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar reuniu regularmente durante o período, para apreciar, inquirir, discutir e deliberar sobre os processos em curso da sua competência.

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito no ano de 2017, foi o seguinte:

Natureza	Número de processos	Arquivados	Apensados a outros processos	Convertidos em PD	Sancionados	Transitados para 2018
Processos de Inquérito	8	4	-	1		3
Transitados de 2016 (*)	3	3	-	-		-
Instaurados em 2017	5	1	-	1		3
Processos Disciplinares	39	10	1		16	12
Transitados de 2016 (**)	28	6	1		16	5
Instaurados em 2017	11	4	-		-	7

(*) 1 Processo transitado de 2015

(**) 2 Processos que transitam de anos anteriores, encontram-se suspensos aguardando decisão sobre Processo Judicial e 1 Processo instaurado em 2016 foi apensado a outro processo de 2015

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



**Processos Disciplinares sancionados
Penas aplicadas – Matérias dos processos**

Processos Sancionados e a Escala das penas aplicadas	Número de Processos	Matérias dos Processos e Natureza da Infração		
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia	Outros deveres funcionais
• Advertência	3	-	-	3
• Advertência registada	1	-	1	-
• Multa de €1.000	1	1	-	-
• Multa de €1.500	2	1	-	1
• Multa de €4.500	4	3	1	-
• Multa de €8.000	2	2	-	-
• Multa de €9.000	1	1	-	-
• Multa de €10.000	1	1	-	-
• Suspensão 5 anos	1	-	1	-
Total dos Processos sancionados	16	9	3	4

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LPT', 'Gonç', 'Am', 'U', and 'Oly'.

3.2 Departamentos

3.2.1 Departamento Técnico

O Departamento Técnico e as suas Comissões Técnicas especializadas mantiveram durante o período a sua atividade consubstanciada no estudo, análise e debate de assuntos de natureza técnica relacionados com os diversos setores de atividade e de negócio que constituem o universo de entidades onde os ROC têm intervenção.

Em resultado desses trabalhos, foram emitidos pareceres, orientações e outras informações por solicitação do Conselho Diretivo, de Revisores Oficiais de Contas ou de entidades externas ou por iniciativa própria.

Neste período, foram continuados os trabalhos relacionados com a implementação das normas internacionais de auditoria em Portugal, tendo sido emitidos 10 Guias de Aplicação Técnica (GAT) acerca de vários temas para orientação e aplicação dos profissionais de auditoria. Para além dos trabalhos relativos às novas leis sobre a profissão e os profissionais, também foram



produzidos outros documentos solicitados pelas organizações profissionais internacionais de quem a Ordem é membro.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as atividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do período económico.

Guias de Aplicação Técnica

- GAT 1 (Revista) – Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria – Novos Modelos de Certificação Legal das Contas/Relatório de Auditoria, emitida em 8 de fevereiro de 2017
- GAT 5 - Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria – Modelo de Relatório para Organismos de Investimento Coletivo, Incluindo Organismos de Investimento em Capital de Risco, emitida em 1 de março de 2017
- GAT 6 - Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria - Modelos de Certificação Legal das Contas/Relatório de Auditoria - Pequenas Entidades, Microentidades e Entidades do Setor Não Lucrativo - Referencial de Cumprimento, emitida em 22 de fevereiro de 2017
- GAT 7 - Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria - Modelos de Relatórios para entidades que aplicam o POCP ou POC setoriais, emitida em 22 de março de 2017
- GAT 8 - Relatórios do Revisor Oficial de Contas nos Termos da Norma Regulamentar nº 2/2017-R de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, emitida em 25 de maio de 2017
- GAT 9 – Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade – Verificação de Entradas em Espécie, emitida em 28 de junho de 2017
- GAT 10 - Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade - Certificação de Créditos Considerados de Cobrança Duvidosa ou Incobráveis nos termos do CIVA, emitida em 19 de julho de 2017
- GAT 11 - Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria – Tradução de CLC/RA para Língua Inglesa, emitida em 19 de julho de 2017
- GAT 12 – Certificação de um Balanço Intercalar, emitida em 5 de setembro de 2017
- GAT 13 - Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria – Declaração do Órgão de Gestão, emitida em 29 de dezembro de 2017

MAT
GAT
A
U
A
G



Manual do ROC

Continuou a atualizar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a atividade. Neste sentido, houve a preocupação de manter atualizada a legislação mais significativa para todos os setores de atividade, bem como a inserção de material técnico com interesse para a profissão.

Sítio na *internet*

Procedeu-se à atualização regular do sítio na *internet* com notícias e informações mais significativas para a profissão. Entre outras matérias salientaram-se, naturalmente, as relativas à contabilidade e à auditoria das entidades em geral, e a sua evolução ao longo do ano.

Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)

Na sequência de um pedido da CRAC - Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas de Macau, a Ordem procedeu à tradução para língua portuguesa dos textos já existentes para língua chinesa compreendendo a Estrutura Conceptual do Relato Financeiro, todas as IAS, IFRS, SIC e IFRIC bem como o Prefácio e o Glossário da versão de 2015 do "red book" das IFRS, com vista à futura utilização destas normas em Macau.

Atividade a nível internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais, salientando-se as seguintes:

- Conselho da International Federation of Accountants (IFAC) – em novembro
- Conselho e Assembleia Geral da Accountancy Europe (anteriormente designada FEE) – em março, setembro e dezembro;
- Working Parties (WP) da Accountancy Europe:
 - *Audit and Assurance WP* - em maio e setembro; e
 - *Accounting WP* – em maio.

Em dezembro, a Ordem fez-se representar na primeira reunião dos Jovens Profissionais organizada pela Accountancy Europe onde se debateram temas relativos às qualificações

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



profissionais, plataformas de intercâmbio europeu, presença nos órgãos decisores e atratividade da profissão que afetam os jovens europeus na atualidade.

Este Departamento esteve igualmente envolvido no estabelecimento de relações de cooperação com outros países, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including '2017', 'Conf', 'A', 'ZC', 'C', and 'COP']

3.2.2 Departamento de Formação e Publicações

Formação Contínua

Tendo em consideração os objetivos da formação contínua da OROC, nomeadamente proporcionar aos ROC e seus colaboradores atualização dos seus conhecimentos para um adequado exercício da profissão e aumento das suas competências, o ano de 2017 foi caracterizado pela manutenção de uma oferta formativa diversificada por parte da Ordem.

De 2016 para 2017, verifica-se um aumento de cerca de 9% no número de ações de formação promovidas (de 110 ações em 2016 para 120 ações em 2017). De assinalar o acréscimo significativo do número de participantes global de 3 555 em 2016 para 4 301 em 2017.

Apresenta-se de seguida o resumo de alguns indicadores referentes à formação contínua no decurso do período de 2017 e comparação com o período anterior:

Ano	2017	2016
Cursos realizados	120	110
Número de participantes	4 301	3 555
Horas de formação cursos	796	704



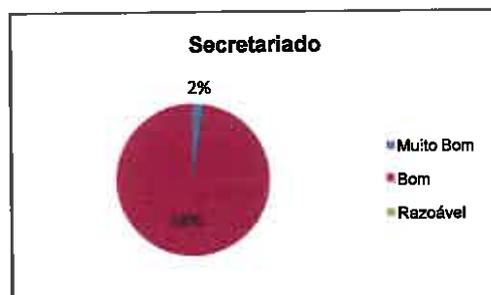
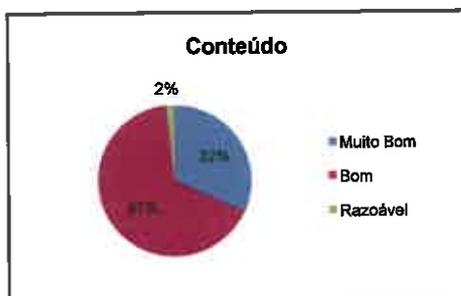
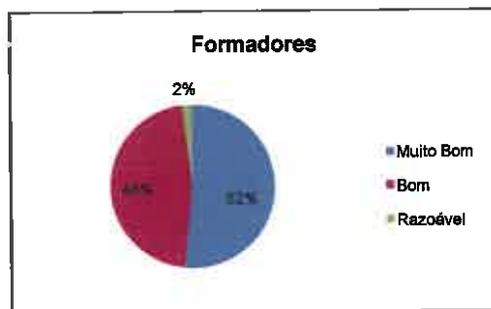
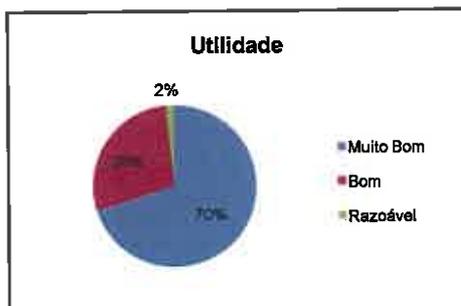
[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Os cursos realizados em 2017 focaram as seguintes áreas temáticas:

Ano	2017		2016	
	N.º CURSOS	Horas	N.º CURSOS	Horas
Auditoria	47	365	51	306
Contabilidade	29	154	20	114
Fiscalidade	30	185	29	192
Direito	4	28	4	36
Outros	10	64	6	56
Total	120	796	110	704

Participaram nos cursos de formação acima referidos ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades.

Dos questionários de satisfação respondidos pelos formandos no final dos cursos de formação retiram-se os seguintes resultados:



São de realçar as boas avaliações atribuídas pelos participantes nas sessões de formação, nomeadamente o facto de 98% considerarem Muito Boa e Boa a “Utilidade Profissional” dos



curso e 46% e 52% considerarem Muito Bom e Bom, respetivamente, a avaliação global dos formadores.

Comissão de Formação

Foram recebidos 71 pedidos de certificação de formação profissional (54 em 2016). A Comissão de Formação avaliou, quanto ao nível científico e técnico, os processos e foram tomadas as seguintes deliberações:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos	
	2017	2016
Certificada	48	54
Validada mas não certificada	17	0
Processos em curso por falta de elementos	6	0

Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Em 2017 deu-se continuidade ao 17.º CPROC iniciado em 2016, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos e iniciou-se o 18.º CPROC do qual foi lecionado o 1.º grupo.

Assim, durante o ano de 2017, foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 576 horas.

O quadro abaixo sintetiza a atividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2017 e o comparativo do número de formandos de 2016:

Edições	Período	N.º de horas	N.º de formandos	
			2017	2016
17º Curso				
2.º grupo	27/01 a 25/03	144	54	60
3.º grupo	21/04 a 30/06	144	46	53
4.º grupo	22/09 a 18/11	144	42	50
18º Curso				
1.º grupo	6/10 a 16/12	144	82	73



Dado o decréscimo significativo de inscrições, o 4.º grupo foi aberto a outros participantes que não apenas os candidatos a ROC. A contagem de outros participantes foi considerada no âmbito da formação contínua.

Publicações

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista Revisores e Auditores, a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais.

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico. Agradece-se também a contribuição de Colegas, outros autores e demais entidades que se dignaram proceder à oferta de publicações relevantes.

3.2.3 Departamento de Qualificação e Atividade Profissional

O Departamento de Qualificação e Atividade Profissional desempenhou em 2017 as suas funções de acordo com as competências que lhe estão cometidas, procurando responder de forma adequada às múltiplas solicitações que lhe foram formuladas, quer pelos membros da Ordem, quer pelas diversas entidades, públicas e privadas, que se relacionam com a Ordem.

Atividade Profissional

O ano de 2016 havia sido caracterizado pelo início da articulação com o Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, no âmbito das novas competências atribuídas a esta entidade, decorrentes da coexistência de duas listas oficiais de revisores e sociedades de revisores oficiais de contas e o ano de 2017 deu continuidade a essa articulação.

Tratando-se de um processo com alguma delicadeza e em que houve necessidade de continuar a ajustar os procedimentos instituídos, para responder às especificações e necessidades informáticas exigidas pela CMVM, é importante assinalar os esforços que continuaram a ser desenvolvidos nesse sentido pelos Serviços da Ordem.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LAT', 'G', and 'C']



Apresentam-se seguidamente alguns indicadores da atividade desenvolvida no âmbito do controlo da atividade profissional:

	2017	2016	2015	Variação 2017-2016
Declarações emitidas	106	148	105	-42
Ofícios expedidos	166	122	347	+44

Adicionalmente, em 2017 foram recebidos cerca de 16 071 *emails* e enviados cerca de 1 411 *emails*, tendo sido esta a forma mais comum de comunicação entre a Ordem e os revisores.

No ano de 2017 é de relevar a entrada em funcionamento da plataforma de comunicação entre os ROC e SROC e a Ordem, a qual se encontra já a ser utilizada por grande número de membros da Ordem.

A Ordem continuou, em 2017, a dedicar uma atenção especial ao controlo das sociedades sujeitas a revisão legal das contas relativamente às quais, de acordo com a informação disponível nos registos da Ordem, não constava a indicação do ROC ou SROC para essa função.

No entanto, e apesar deste esforço, reconhece-se que poderá ser ainda muito significativo o número de sociedades e outras entidades que, sendo obrigadas a ter as suas demonstrações financeiras certificadas, não agem de acordo com a lei, justificando uma atuação concertada, por parte das entidades competentes, com vista a assegurar o estrito cumprimento da legislação vigente.

A este propósito entende-se que, no âmbito da verificação da IES – Informação Empresarial Simplificada, por parte da Autoridade Tributária, o controlo das situações potenciais de incumprimento, poderá constituir o procedimento mais eficaz de controlo e prevenção deste tipo de incumprimentos. Para o efeito, a Ordem tem continuado a insistir junto da Autoridade Tributária para que sejam encetados procedimentos visando estabelecer mecanismos de controlo e prevenção deste tipo de incumprimento.

Ao nível do controlo da Atividade Profissional foi ainda dada continuidade ao desenvolvimento das demais ações enquadradas nesta área, de que se destacam:

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JAT', 'SOF', 'A', 'M', 'J', 'G']



- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica, eletrónica ou presencial;
- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estes possam estar direta ou indiretamente, relacionados, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação tempestiva e fiável, através da atualização das bases de dados.

M. J. T.
Conf.
=

M.
C. J.

Comissão de Inscrição

A atividade da Comissão de Inscrição centra-se, sobretudo, na concretização das múltiplas atribuições relacionadas com os processos de registo dos ROC e das SROC, bem como das subsequentes alterações estatutárias destas sociedades, quer ao nível da decisão quanto a estas matérias, quer no que se refere ao apoio prestado aos revisores no âmbito do cumprimento das diversas formalidades que estão associadas a este processo.

No âmbito da vigência do novo Regime Jurídico, o ano de 2017 continuou a envolver um aumento significativo de trabalho ao nível da Comissão de Inscrição, decorrente quer de alterações estatutárias de SROC ou outras alterações ao registo público, quer de alterações de procedimentos internos e de comunicação com a entidade supervisora de auditoria.

Com efeito, em 2017 foi desenvolvido um importante esforço de coordenação entre a Comissão de Inscrição e o Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, designadamente com o objetivo de articular procedimentos relativamente às múltiplas verificações a efetuar no domínio dos procedimentos de inscrição e alterações subsequentes nas Listas de ROC e de SROC, quer da Ordem, quer da CMVM. Neste sentido, foi efetuado um importante esforço de aproximação entre as visões da Ordem e do Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, conseguindo-se assim um nível de articulação que é importante realçar.

A Comissão de Inscrição realizou 15 reuniões plenárias, tendo sido dada resposta com a celeridade possível aos múltiplos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar



que cada reunião da Comissão de Inscrição exige a preparação prévia e a análise dos processos submetidos para apreciação, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer às múltiplas alterações a nível estatutário que ocorrem no âmbito das SROC.

Adicionalmente, foram ainda realizadas diversas reuniões entre membros da Comissão de Inscrição e responsáveis do Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, bem como entre técnicos da Ordem e deste Departamento, onde foram debatidos e analisados os procedimentos em vigor, as necessidades de cada uma das instituições e a procura de mecanismos eficientes de responder a estas necessidades.

As alterações na atividade dos ROC e SROC foram objeto de atualização semanal das Listas dos Revisores Oficiais de Contas, das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e das outras formas de agrupamento de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, no sítio da Ordem na *internet*.

Foram também feitas as comunicações devidas ao Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, tarefa que foi particularmente complexa, dada a necessidade de ajustar, por diversas vezes ao longo do ano, a forma e o suporte desta comunicação, em consequência dos esforços mútuos que foram desenvolvidos, conforme já referido.

De acordo com as responsabilidades estatutárias e regulamentares aplicáveis à Comissão de Inscrição, esta coordenou ainda as atividades relacionadas com o Júri de Exame e com a preparação e realização das provas escritas e orais, para efeitos do processo de admissão à Ordem, tendo respondido aos diversos pedidos de informação que lhe foram formulados por eventuais interessados na admissão à Ordem.

Júri de Exame

Realizaram-se em 2017 as quatro provas escritas do Exame para ROC previstas no Regulamento de Inscrição e Exame, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das quatro provas escritas previstas.



No quadro seguinte apresentam-se os resultados das provas escritas realizadas em 2017:

	1. ^a Prova	2. ^a Prova	3. ^a Prova	4. ^a Prova	Total 2017	Total 2016	Varição
N.º de inscritos	119	87	84	59	349	493	-144
Lisboa	67	43	43	27	180	271	-91
Porto	52	44	41	32	169	222	-53
N.º de presenças	100	73	72	52	297	404	-107
Lisboa	56	35	33	21	145	217	-72
Porto	44	38	39	31	152	187	-35
Faltas	19	14	12	7	52	89	-37
Lisboa	11	8	10	6	35	54	-19
Porto	8	6	2	1	17	35	-18
N.º de aprovações	52	28	39	35	154	214	-60
Lisboa	24	13	17	11	65	118	-53
Porto	28	15	22	24	89	96	-7
N.º de reprovações	48	45	33	17	143	190	-47
Lisboa	32	22	16	10	80	99	-19
Porto	16	23	17	7	63	91	-28
% aprovações (face às presenças)	52%	38.3%	54.2%	67.3%	51.9%	53%	-1.1
Lisboa	43%	37.1%	51.5%	52.4%	44.8%	54%	-9.2
Porto	64%	39.5%	56.4%	77.4%	58.6%	51%	+7.6

Os dados apresentados no quadro anterior refletem, no conjunto das quatro provas e face ao ano de 2016, uma ligeira diminuição de candidatos inscritos e de presenças no exame, confirmando-se assim a tendência que tem vindo a ser registada nos últimos anos, a qual estará, muito provavelmente, associada às crescentes dificuldades que afetam a profissão, dadas as crescentes exigências, riscos e responsabilidades desta atividade, que não têm sido acompanhadas de níveis de remuneração compatíveis.

Aliás, a diminuição da atratividade desta profissão, não obstante a sua importância e relevância no âmbito da economia empresarial, é uma matéria que justifica uma adequada ponderação, sobretudo quando se acentua a tendência para lhe atribuir crescentes responsabilidades, atribuições e exigências, sem acautelar os custos deste acréscimo para os seus profissionais, ou mesmo os benefícios diretos de alguns tipos de exigência acrescida que são impostos à profissão.



No que se refere ao nível de aprovações em 2017, o mesmo cifrou-se em cerca de 51,9%, ligeiramente inferior ao sucedido em 2016.

Contudo, os níveis de aprovação evidenciam, de forma muito clara, o nível de exigência muito elevado que é colocado no acesso à profissão, o que, em simultâneo com o longo percurso que é exigido neste processo de acesso, em média nunca inferior a cinco anos, entre exames e estágio, bem como no rigoroso controlo de qualidade existente, refletem, de forma inequívoca, os elevados padrões de qualidade, rigor e exigência da atividade de revisor oficial de contas, que se situam nos níveis mais elevados das atividades liberais desenvolvidas em Portugal.

Foram realizados quatro sorteios dos temas das provas orais, dois em Lisboa e dois no Porto, em 5 e 11 de maio e em 11 e 12 de outubro de 2017, tendo sido atribuídos 83 temas, mais 14 do que em 2016, para desenvolvimento pelos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas 72 provas orais, relativas aos candidatos do 2.º sorteio de 2016 e do 1.º sorteio de 2017, tendo sido aprovados 53 candidatos e reprovados 19 candidatos, tendo sido ainda registada a falta de 2 candidatos. As provas orais relativas aos candidatos do 2.º sorteio de 2017 só se realizarão, provavelmente em abril e maio de 2018.

Comparativamente ao ano de 2016, verificou-se um aumento de 20 candidatos a provas orais, tendo o número de candidatos aprovados registado um aumento de 18 e o número de reprovados teve um ligeiro acréscimo de 2.

De salientar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, o Júri de Exame continua a ser composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso de preparação e o conteúdo das provas de exame.

Comissão de Estágio

No ano de 2017 a Comissão de Estágio realizou 10 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do anterior Regulamento de Estágio, publicado no D.R. n.º 89/2010, de 9 de fevereiro, e do atual Regulamento de Estágio, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2017.

[Handwritten signatures in blue ink: "Conf", "Am", "ve", "Cely"]



A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos três anos foi a seguinte:

Indicador	2017	2016	2015
Estagiários em 1 de janeiro	132	137	134
Estágio iniciados	26	35	34
Estágios concluídos com aprovação	29	40	28
Exclusões de Estágio	0	0	1
Desistências de Estágio	3	0	0
Estágios encerrados por dispensa	2	0	2
Estagiários em 31 de dezembro	124	132	137

No decurso do ano de 2017 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 34 provas de avaliação final de estagiários. Realizaram-se 48 reuniões de coordenadores de estágio, 47 reuniões de revisores-coordenadores, com membros estagiários e patronos no âmbito do acompanhamento e apreciação semestral dos respetivos estágios. Realizaram-se ainda 21 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

A par do acompanhamento e avaliação dos processos de estágio, deu-se continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e acesso ao Manual do ROC, bem como na incentivação à participação nas ações de formação e encontros organizados sob a égide da Ordem.

3.2.4 Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ) procedeu ao seguinte:

- Divulgou com data de 31 de maio de 2017 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 1 de julho de 2016 e 31 de maio de 2017 sobre as auditorias relativas ao ano de 2015;
- Promoveu a realização do Sorteio Público de 1 de junho de 2017 visando os controlos a exercer pela OROC, nos termos do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA), aos ROC e SROC que não exercem funções de interesse



público em entidades de interesse público, referentes às auditorias relativas ao ano de 2016;

- Continuou a estabelecer com a CMVM (Departamento de Supervisão de Auditoria-DSA), o supervisor de auditoria desde 1 de janeiro de 2016, as comunicações acordadas relativas ao controlo de qualidade executado pela OROC.;
- Prestou esclarecimentos à CMVM sobre pareceres da CCQ, conclusões e resumos do controlo de qualidade anual e ainda sobre procedimentos de acompanhamento;
- Efetuou igualmente reuniões com a CMVM facultando os elementos solicitados relativamente aos controlos de qualidade realizados no ciclo anterior.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GAT', 'Joaq', 'Am', 'K', and 'Ch'.

Resultados do Sorteio Público de 14 de julho de 2016

Na sequência do sorteio público realizado em 14 de julho de 2016, foram executados e concluídos até 31 de maio de 2017, os controlos de qualidade então determinados a 78 entidades, envolvendo trinta e três SROC e quarenta e cinco ROC, que não realizam revisão legal de contas de entidades de interesse público, correspondendo a 109 dossiês, cujas conclusões foram apresentadas no relatório da CCQ acima referido e que a seguir se sintetizam:

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	Total de ROC/SROC Sorteados 2016		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem nada de especial a referir	54	69%	24	73%	30	67%
Com observações e recomendações de menor relevância	16	21%	8	24%	8	18%
Com observações e recomendações de relevância	7	9%	1	3%	6	13%
Com resultados insatisfatórios	-	-	-	-	-	-
Anulados	1	1%	-	-	1	2%
Total de Entidades	78	100%	33	100%	45	100%



Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

	Total de Dossiês 2016		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem nada de especial a referir	58	53%	36	56%	22	49%
Com observações e recomendações de menor relevância	40	37%	25	39%	15	33%
Com observações e recomendações de relevância	10	9%	3	5%	7	16%
Com resultados insatisfatórios	-	-	-	-	-	-
Anulados	1	1%	-	-	1	2%
Total de Dossiês	109	100%	64	100%	45	100%

M. L. T.
Conf.
Am.
=

U
L
G

Síntese da comunicação com a CMVM

No âmbito do planeamento dos controlos relativos ao sorteio público de 2017 foram consideradas as datas chave previstas para a execução e comunicação à CMVM das várias atividades referentes ao controlo de qualidade a exercer pela OROC no período com início em 1 de junho de 2017. As datas chave para as comunicações ao DSA e a realização das atividades do controlo de qualidade foram apresentadas na sessão do sorteio público realizado em 1 de junho de 2017 e constam do Programa de Intervenção da Comissão de Controlo de Qualidade no ciclo 2017/2018. Dando cumprimento ao estabelecido naquele documento, a CCQ comunicou ao DSA em 29 de setembro de 2017, o seguinte relativamente ao ciclo 2017/2018:

- Critérios de seleção do Sorteio Público de 1 de junho de 2017 e programa de intervenção da Comissão de Controlo de Qualidade;
- Lista das entidades a controlar sorteadas no Sorteio Público;
- Lista anual dos Controladores Relatores aprovada;
- Listas das entidades sorteadas, organizada por SROC e ROC, com a afetação do controlador relator e dos dossiês selecionados para controlo em cada entidade;
- Pareceres de conclusão do controlo de qualidade
- Cópias dos Guias de Controlo e do Relatório de Conclusões e Recomendações a utilizar.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MT', 'CMT', 'A', 'U', and 'C']

Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância

A CCQ coordenou a realização das ações de acompanhamento executadas pelos controladores relatores relativamente aos processos de controlo de qualidade a dossiês que no controlo de qualidade de anos anteriores evidenciaram observações e recomendações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar/implementadas no sentido de serem superadas as deficiências e insuficiências detetadas.

Guias de Controlo de Qualidade

Alguns dos guias de controlo de qualidade foram atualizados em resultado da experiência da sua utilização no último ano pela CCQ e das recomendações do DSA da CMVM.

Sorteio Público de 1 de junho de 2017

Na sequência do sorteio público de 1 de junho de 2017 foi planeado realizar ações de controlo de qualidade, pelos Controladores Relatores, até 31 de dezembro de 2017, sobre a atividade de 26 SROC e de 46 ROC, que não exerceram funções de interesse público em entidades de interesse público.

Outras ações de Controlo de Qualidade

Para além das ações de controlo de qualidade executadas no âmbito dos Sorteios Públicos, foram ainda realizadas pela Comissão do Controlo de Qualidade outras ações de controlo previstas no Plano de Atividades:

- **Intervenções pontuais**

A Comissão procedeu a controlos de qualidade pontuais solicitados pelo Conselho Diretivo incluindo os solicitados nos termos da Circular n.º 37/13 ou por outros Órgãos da Ordem.

- **Implementação das recomendações efetuadas pela CMVM**

A CCQ procedeu, por indicação do Conselho Diretivo, à análise das propostas, comentários e recomendações do DSA da CMVM no relatório de 17 de março de 2017, no âmbito da sua supervisão do controlo de qualidade relativo ao ciclo 2015/2016, como divulgado no relatório emitido em 31 de maio de 2017, acima referido.



Atividades de supervisão desenvolvidas

As atividades de supervisão desenvolvidas incluem as seguintes:

- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão, como peritos de processos judiciais ou para outros efeitos, em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida de forma conjugada com o Departamento de Qualificação e Atividade na medida em que a informação disponível o permitiu;
- Outras atividades relacionadas com a supervisão da atividade, exercidas em articulação com outros departamentos.

3.2.5 Comissão de Ética e Deontologia Profissional

Como tem sido referido nos relatórios dos anos transatos, o Conselho Diretivo dedica à aplicação do Código de Ética uma enorme atenção, tendo sido auxiliado nessa matéria pela Comissão de Ética e Deontologia Profissional.

Esta Comissão reuniu regularmente e prestou apoio à Ordem em diferentes vertentes de questões de natureza ética e da aplicação do código de ética, designadamente no domínio do relacionamento entre membros da Ordem. Realizou, também, a Conferência “A Intemporalidade da Ética – A Ética na Profissão”, em maio de 2017, que contou com a presença de muitos Membros da Ordem e outros participantes.

O Conselho Diretivo dedicou, naturalmente, grande atenção à aplicação do Código de Ética, tendo sido muito auxiliado nessa matéria pela Comissão de Acompanhamento do Código de Ética, entretanto extinta no âmbito de decisões de fim de mandato, e a quem agradece o empenho na sua ação.

3.3 Serviços Regionais do Norte (SRN)

A atividade dos Serviços Regionais do Norte decorreu, em 2017, nos moldes habituais, em conformidade com o plano de atividades aprovado.



Os SRN, além de assegurarem a função de representação da OROC no Norte do País, constituíram, como habitualmente, um espaço de apoio administrativo aos Colegas e de realização de reuniões de trabalho do Conselho Diretivo, Conselho Disciplinar, Conselho Consultivo, Comissões Técnicas, grupo de Controladores-relatores, entre outros. Foi igualmente realizado nos SRN a Assembleia Geral ordinária e o ato eleitoral.

Decorreram nos SRN diversas sessões de formação contínua dos Revisores, tendo sido realizados em 2017, no Porto, 61 cursos integrados, assim como o Curso de Preparação para ROC (CPROC).

Adicionalmente, foi assegurado pelos SRN a realização de exames de admissão à Ordem, nomeadamente de provas, escritas e orais, e o respetivo sorteio, bem como as provas, reuniões e avaliações de estágio.

Decorreram igualmente nos SRN sessões de divulgação de programas informáticos de auditoria e a formação interna para Revisores/Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Tiveram lugar nos SRN diversos Encontros na Ordem, conforme descrito no capítulo próprio.

Como habitualmente, foi realizado nos SRN o convívio de Natal, que contou com a presença do Senhor Bastonário e de elementos do Conselho Diretivo.

Com o apoio inestimável do Conselho Consultivo e da Colega que executou as funções de adjunta da Direção, foram realizadas diversas ações, incluindo a preparação de Encontros na Ordem e de divulgação da OROC.

3.4 Outras atividades desenvolvidas

3.4.1 Relações Institucionais

Durante o ano, o Conselho Diretivo efetuou diversas diligências e manteve contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, a CMVM, o Tribunal de Contas, a Direção-Geral do Orçamento, a Comissão de Normalização Contabilística, a Autoridade da Concorrência, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais, sendo que neste último se fez representar em geral pelo seu Bastonário nas reuniões mensais do Conselho.



3.4.2 Relações Internacionais

A Ordem continuou a manter a sua representação e participação nos organismos profissionais congéneres e conexos com a profissão, quer nacionais, quer internacionais procurando incentivar a sua participação junto da Accountancy Europe (nomeadamente nos Grupos de Trabalho), do IASB, IFAC e UE divulgando a respetiva informação pelos ROC, sempre que foi considerado pertinente, conforme já referido noutros pontos deste Relatório.

3.4.3 Eventos

3.4.3.1 25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos

Foi realizada a cerimónia, que teve lugar em 1 de junho, na União de Associações do Comércio e Serviços, com significativa presença de colegas. À semelhança de anos anteriores, foram também agraciados 28 Revisores Oficiais de Contas que completaram 25 anos e 8 Revisores que completaram 40 anos de atividade profissional.

No âmbito desta cerimónia, teve lugar a receção aos novos ROC, tendo sido feita a entrega dos respetivos Certificados a 31 Colegas que completaram o estágio e concluíram com sucesso o ciclo de qualificação profissional e a quem a Ordem formula votos dos mais amplos sucessos pessoais e profissionais.

Também nesta cerimónia, a Ordem procedeu à homenagem póstuma aos Revisores Oficiais de Contas que faleceram no 2.º semestre de 2016 e 1.º semestre de 2017.

3.4.3.2 Encontros na Ordem

Dando continuidade a este importante meio de comunicação entre os ROC, no ano de 2017 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CMA', 'Am', and 'CMA']



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Inegridade. Independência. Competência.

- Em Lisboa e no Porto - Sessões de esclarecimento - "Os desafios da cibersegurança na atividade de ROC" com a colaboração da Dr^a Andreia Pinto Teixeira, Associada sénior da Aon Portugal, Corretores de Seguros, S.A. e da Dr^a Leonor Chastre, Sócia na Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, Sociedade de Advogados, R.L.;
- Em Lisboa e no Porto - "Gestão de Risco - Rating" com a colaboração da Dr^a Manuela Mesquita Reis, responsável pela direção de rating do Millennium BCP;
- Em Lisboa e no Porto - "Novos Modelos de Certificação Legal das Contas / Relatório de Auditoria" com a colaboração do Colega Dr. Óscar Figueiredo;
- Em Lisboa - "Reconfiguração do Tecido Empresarial e Crescimento da Economia Portuguesa", com a colaboração da Senhora Engenheira Esmeralda Dourado, administradora de diversas empresas e interveniente ativa na política de estruturação e financiamento da economia;
- Em Lisboa e no Porto - "Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo – Risco e Mitigação", com a colaboração do Dr. Mário Neves, Compliance Officer do Banco Comercial Português, S.A. (BCP);
- Em Lisboa - "Erosão das Bases Tributáveis e Deslocalização de Lucros (PEPS)" com a colaboração do Sr. Dr. Rui Dinis Nascimento, Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e Fiscalista;
- Em Lisboa – Conferência - "A Intemporalidade da ética – A Ética na Profissão", em que foi palestrante o Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira;
- Em Lisboa e no Porto - "O Papel dos ROC nos novos instrumentos de alerta, recuperação e reestruturação das empresas", com a colaboração do Sr. Eng^o José António Barros, Presidente da Comissão executiva da estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas (EMCE);
- Em Lisboa e no Porto – "Ameaças de Segurança da Informação – Realidade ou Ficção?", com a colaboração do Senhor Eng. Rui Shantilal, fundador e administrador da Integrity.
- Em Lisboa e no Porto – "Pensamento e Estratégia Digital – Novas ferramentas do Negócio", com a colaboração o Senhor Dr. Nuno Amaral Frazão, administrador das

[Handwritten signatures in blue ink]



empresas de serviços digitais ISOBAR e iProspect Portugal e especialista em marketing digital;

- Em Lisboa e no Porto - Sessões de esclarecimento sobre a nova “Plataforma Informática”, com a colaboração do Sr. Carlos Rente do Serviço de Controlo de Atividade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Em Lisboa e no Porto – “Os desafios do regulamento europeu de proteção de dados”, com a colaboração da Senhora Professora Filipa Calvão, Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- Em Lisboa e no Porto – “Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo”, com a colaboração do Senhor Dr. António Gageiro, Assessor do Conselho de Administração da CMVM e pertencente ao Secretariado Técnico Permanente da Comissão de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- Em Lisboa e no Porto - “Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo”, com a colaboração da Dr^a Mariana Raimundo, Diretora da Unidade de Informação Financeira (UIF) da Polícia Judiciária;
- Em Lisboa e no Porto - “Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo”, com a colaboração do Senhor Dr. Jorge Rosário Teixeira, Procurador da República do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP);
- Em Lisboa e no Porto – “O fim da opacidade nas sociedades comerciais”, com a colaboração em Lisboa da Dr^a Ana Sofia Batista, Sócia da Abreu Advogados e Professora no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão e, no Porto, do Dr. Paulo de Tarso, sócio da Abreu Advogados e Professor na Faculdade de Direito da Universidade do Porto;
- Em Lisboa e no Porto - “Nova Lei de Proteção de Dados Pessoais/Qual o Impacto para os Revisores Oficiais de Contas?”, com a colaboração Senhora Dr^a Leonor Chastre e da Senhora Dr^a Marlene Nogueira, respetivamente sócia e associada da Sociedade de Advogados Cuatrecasas;
- No Porto – “Portugal global: Internacionalização e Investimento”, com a colaboração do Senhor Dr. Luís Castro Henriques, Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal;



- No Porto – “O Registo Central do Beneficiário Efetivo e o regime da conversão de suprimentos em Capital”, com a colaboração de Dr. Paulo Tarso, da Sociedade Abreu Advogados;

Foram realizados também dois encontros, em Lisboa e no Porto com o Senhor Bastonário José de Azevedo Rodrigues, no final do ano, fazendo um balanço de final de mandato e deixando algumas mensagens aos Colegas relacionadas com o futuro da profissão.

- Em Lisboa e no Porto – “Reflexões, em final de mandato, sobre a profissão de Auditoria e as perspetivas futuras” - Bastonário, Dr. José de Azevedo Rodrigues.

4 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2017, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 26 colaboradores permanentes (25 colaboradores em 31 de dezembro de 2016) e 2 assessores.

A Ordem conta, ainda, com um vasto leque de colaborações eventuais de ROC e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.

5 Análise económica e financeira

5.1 Análise económica

A persistência da política de controlo dos gastos, o aumento de rendimentos com a formação, a diminuição do montante das quotas e dos emolumentos e o aumento de gastos com o pessoal em consequência da contratação de mais uma jurista, conduziu a que a OROC apurasse no exercício de 2017 um resultado de 21 673 euros.



M. [unclear]

5.1.1 Rendimentos

Evolução geral

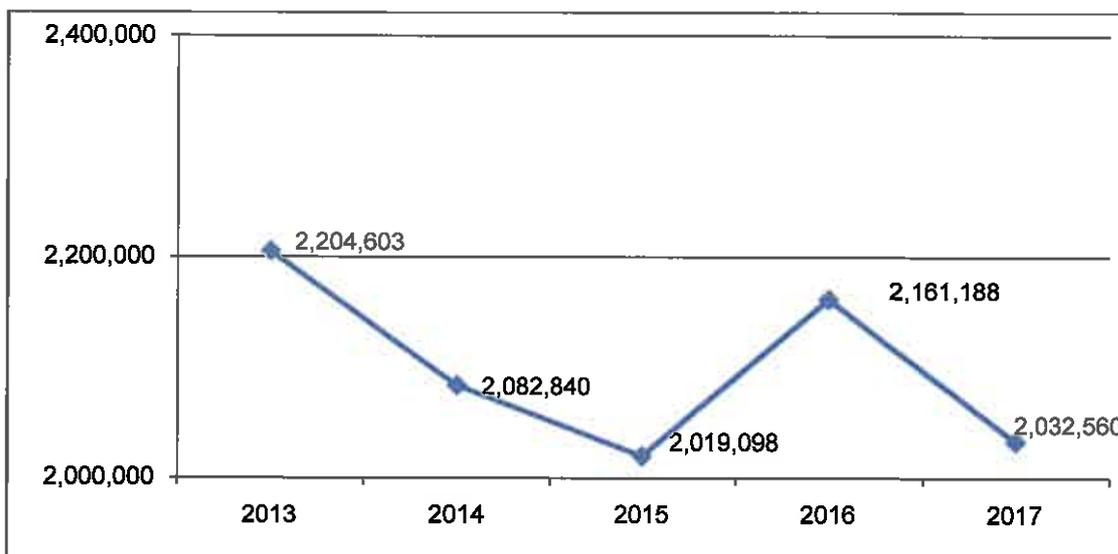
Os rendimentos da OROC ascenderam a 2 032 560 (2 161 188 euros em 2016), registando um decréscimo global líquido de 128 628 euros (-6%) face a 2016, como se evidencia no quadro seguinte:

*Am
= de
[unclear]
Cm*

Rendimentos	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Quotas	1 159 762	1 184 174	-24 412	-2,1
Ações de formação	504 085	452 156	51 929	11,5
Inscrição, estágio e outros emolumentos	251 128	402 937	-151 809	-37,7
Outros	117 585	121 921	-4 336	-3,6
Total	2 032 560	2 161 188	-128 628	-6,0

O total de rendimento decresceu quando comparado com o exercício anterior. O decréscimo de rendimentos verificado é transversal a todas as rubricas exceto quanto à rubrica da formação que neste período teve um aumento relativamente ao período anterior.

A evolução dos rendimentos nos últimos 5 anos pode mostrar-se como segue:





Quotas

No ano de 2017 ocorreu uma ligeira diminuição do valor das quotas, as quais representaram cerca de 57% do total dos rendimentos gerados no período. O decréscimo resulta essencialmente do encerramento de cerca de 60 SROC Unipessoais ocorrido no final de 2016 em consequência da entrada em vigor do novo Estatuto.

Ações de formação

Os rendimentos com ações de formação respeitam ao Curso de Preparação para Revisor Oficial de Contas (CPROC) no valor de 139 450 euros (174 804 em 2016) e à formação contínua no valor de 364 635 euros (277 353 euros em 2016). A atividade de formação contínua registou um acréscimo essencialmente devido a um aumento do número de inscrições por curso.

Inscrição, estágio e outros rendimentos

A diminuição do valor referente a estas rubricas justifica-se por uma quebra nesta atividade mas, acima de tudo assenta na ausência dos rendimentos relacionados com as inscrições e patrocínios obtidos para o XII Congresso que ascenderam no exercício anterior a 114.075 euros e 19.575 euros, respetivamente.

5.1.2 Gastos

Evolução geral

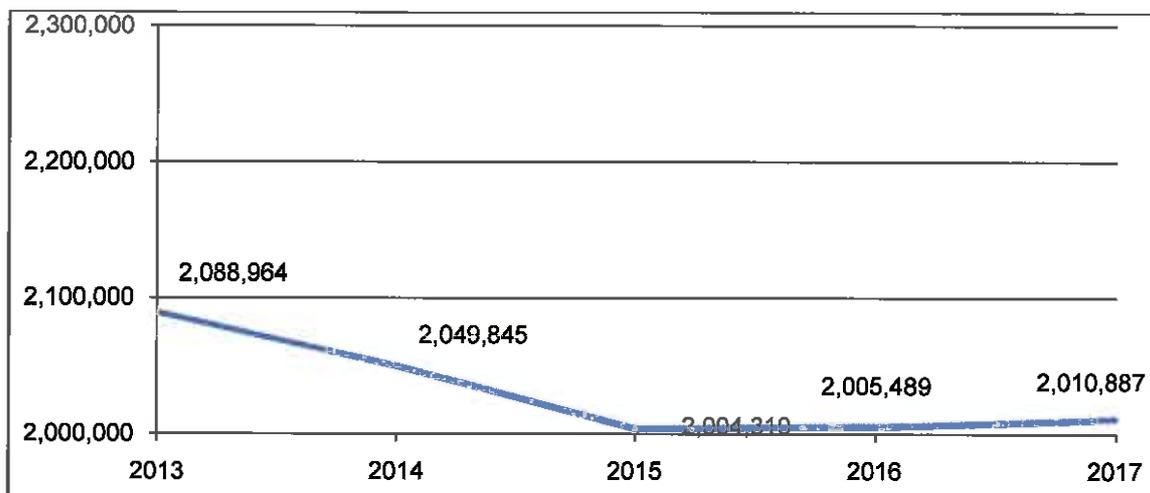
Os gastos em 2017 atingiram a quantia de 2 010 887 euros, tendo sido verificado um ligeiro acréscimo de 5.398 euros relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LRT' and 'Cup'.

Gastos	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	1 074 951	1 097 138	-22 187	-2,0
Gastos com o pessoal	750 631	710 815	39 816	5,6
Gastos de depreciações e de amortizações	80 104	81 031	-927	-1,1
Provisões	7 537	4 958	2 579	52,0
Outros gastos	97 664	111 547	-13 883	-12,5
Total	2 010 887	2 005 489	5 398	0,3

A evolução dos gastos e perdas nos últimos cinco anos pode mostrar-se como segue:



Comentam-se em seguida os aspetos mais significativos que influenciaram o comportamento dos gastos.

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica mantém-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da OROC. Em 2016 esta rubrica estava influenciada pelos gastos diretos relacionados com o XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas (81 712 euros). O gasto com honorários representa cerca de 56% do valor total desta rubrica (51% em 2016). As naturezas principais de gastos são as seguintes:



WPT
WPT

Natureza	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Honorários	597 804	554 957	42 847	7,7
Comissões, controladores-relatores e Júri de exame	229 775	227 760	2 015	0,9
Assessores	84 796	84 796	0	0
Formadores	238 412	201 099	37 313	18,6
Outros	44 821	41 302	3 519	8,5
Trabalhos especializados	163 661	199 680	-36 019	-18,0
Deslocações e estadas	103 618	110 198	-6 580	-6,0
Outros Fornec. e Serviços	209 869	232 303	-22 434	-9,7
	1 074 951	1 097 138	-22 187	-2,0

A = ne
C = H

O aumento verificado com os honorários dos Formadores está relacionado com o aumento da atividade da formação. Registaram-se também ligeiros acréscimos com os honorários das Comissões, Controladores Relatores e Júri de exame e honorários outros. As diminuições verificadas nas restantes rubricas dos fornecimentos e serviços externos explicam-se por já não haver o efeito dos gastos com o XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas.

Gastos com o pessoal

O aumento resultou do reforço do departamento jurídico com a contratação de mais uma jurista.

Outros gastos

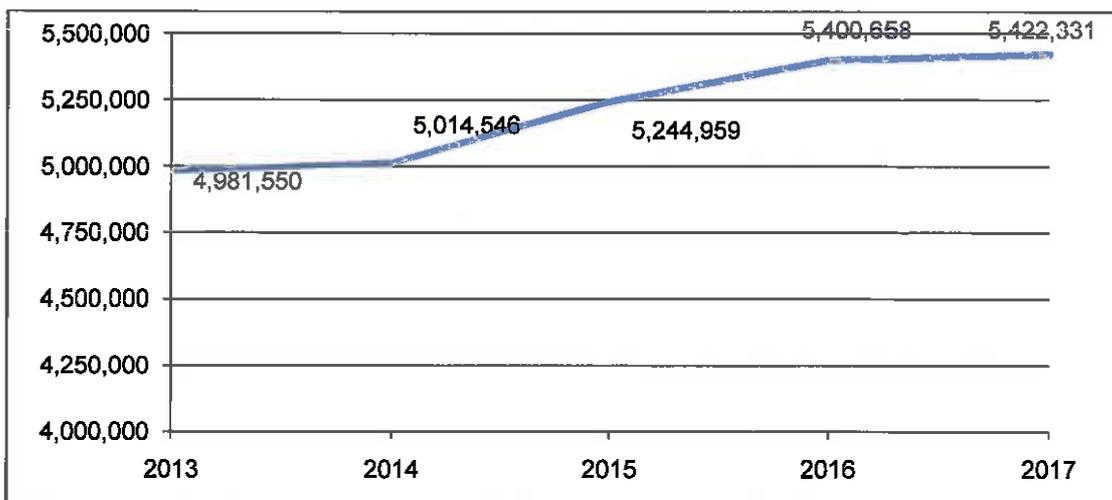
Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a Accountancy Europe (antes designada FEE).

5.2 Evolução dos fundos patrimoniais

Evidencia-se no gráfico seguinte a evolução verificada nos fundos patrimoniais nos últimos 5 anos:



[Handwritten signatures and initials]



[Handwritten notes and signatures]

Relativamente à herança deixada pelo Sr. Dr. Gastambide Fernandes, membro efetivo e honorário da OROC, à Ordem, até ao momento o valor recebido ascendeu a 215 625 euros. No início de 2017 a Ordem aguardava a divisão entre herdeiros de uma conta de títulos existente no Montepio. O assunto foi entregue a um Advogado que reclamou a parte que cabia à Ordem através de ação judicial. Em 2017 ficou concluída a ação e o seu mérito foi reconhecido na sentença. A Ordem aguarda que o Montepio concretize a decisão judicial de liquidação dos ativos e distribuição pelos herdeiros na respetiva proporção.

5.3 Execução do orçamento corrente

5.3.1 Perspetiva global

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2017. No plano global, verifica-se uma taxa de realização de 100,4% nos rendimentos e de 100,9% nos gastos, a execução do orçamento apresenta-se satisfatória, com o resultado a exceder as expectativas.

RUBRICAS	Realizado 2017	Orçamento 2017	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
RENDIMENTOS				
Quotas	1 159 762	1 162 555	-2 793	-0,2
Ações de formação	504 085	492 400	11 685	2,4
Inscrição, estágio e outros emolumentos	251 128	316 881	-65 753	-20,8
Outros rendimentos	117 585	52 454	65 131	124,2
Total dos Rendimentos	2 032 560	2 024 290	8 270	0,4



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

GASTOS				
Fornecimentos e serviços externos	1 074 951	1 077 835	-2 884	-0,3
Gastos com o pessoal	750 631	750 460	171	0
Gastos de depreciações e de amortizações	80 104	91 799	-11 695	-12,7
Outros gastos	105 201	89 014	16 187	18,2
Total dos Gastos	2 010 887	2 009 108	1 779	0,1
Resultado do período	21 673	15 182	6 491	42,8

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

5.3.2 Execução do orçamento de rendimentos

Na execução orçamental de rendimentos em 2017, salientam -se:

- O desvio favorável das ações de formação no montante de 11 685 euros (2,4%)
- O desvio favorável dos outros rendimentos provenientes essencialmente de variação do justo valor em instrumentos financeiros e dos serviços de tradução prestados à Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas de Macau (61,4%); e
- O desvio desfavorável nas quotas faturadas, no montante de 2 793 euros (-0,2%);
- O desvio desfavorável dos rendimentos provenientes de inscrição, estágio e outros emolumentos (20,8%);

5.3.3 Execução do orçamento de gastos

Na execução orçamental de gastos em 2017, sublinham-se:

- O desvio favorável nos Fornecimentos e serviços externos cujo montante ascendeu a menos 2 884 euros (-0,3%) do que o previsto;
- O desvio favorável dos gastos com depreciações e amortizações cujo montante ascendeu a menos 11 695 euros (-12,7%) que o previsto;
- O desvio desfavorável dos outros gastos e perdas que ascendeu a mais 16 187 euros (+18,2%) do que o orçamentado.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5.4 Análise financeira

A estrutura do Balanço reflete uma substancial autonomia financeira (91%) bem como uma significativa solvabilidade global (Ativo / Passivo) de 11,12 e um elevado rácio da estrutura de financiamento (Fundos patrimoniais / Capital alheio) de 10,12.

Nas fontes de financiamento da OROC continua a verificar-se uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da atividade dos seus membros. Pretende continuar-se o incremento e diversificação das atividades de formação, com o objetivo de reduzir a dependência do sistema de quotização e o esforço permanente de racionalização dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis.

5.5 Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de 8 483 euros, para uma previsão de 50 000 euros, como se evidencia no quadro seguinte:

RUBRICAS	Realizado 2017	Orçamento 2017	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
ATIVO FIXO TANGÍVEL				
Edifícios e outras construções				
Móveis e utensílios/Equip. Administrativo	6 606		6 606	
Equipamento de tratamento de dados	960	50 000	-49 040	-98,1%
Biblioteca	917		917	
Total	8 483	50 000	-41 517	-83,0%

O orçamento de investimentos relacionado com a renovação do parque informático da Ordem que estava previsto realizar em 2017 continua em estudo para ser concretizado no decorrer de 2018.

6 Perspetivas futuras

A recente crise económica, embora cada vez mais atenuada, continuará a influenciar a atividade dos Revisores Oficiais de Contas e a respetiva organização profissional. Como tem vindo a ser referido, o Conselho Diretivo, ciente das dificuldades existentes, procura inscrever nos Planos de Atividades medidas que considera adequadas para ajudar a reduzir os impactos da crise nas estruturas dos profissionais, sobretudo de pequena e média dimensão.



A Ordem e a profissão continuam perante perspetivas algo incertas quanto ao futuro. Continuamos, todavia, a acreditar que com a mobilização de todos, seremos capazes de vencer as batalhas que o enquadramento em que vivemos, nomeadamente as consequências da recente crise económica e financeira, nos obriga a travar.

O Conselho Diretivo continuará a procurar o maior diálogo com o governo e outras autoridades para melhor contribuir, dentro das suas competências, para a discussão de diplomas legais relativos à profissão.

O Conselho Diretivo continuará a procurar dar o maior contributo para a melhor implementação de novos procedimentos que se mostrem necessários com a acelerada produção legislativa a que se tem assistido. Procurará a melhor defesa do interesse público e, na medida do seu alcance, minimizar os eventuais impactos negativos sobre a atividade dos Revisores Oficiais de Contas.

7 Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2017 no montante total de 21 673 euros, o Conselho Diretivo propõe que o mesmo se mantenha como reforço dos Fundos Patrimoniais, transferindo-se para resultados transitados.

8 Homenagem póstuma

A Ordem presta a sua homenagem a todos os Colegas falecidos e expressa as mais sentidas condolências às famílias dos Colegas Revisores Oficiais de Contas que deixaram o nosso convívio em 2017, ou de cujo falecimento a Ordem apenas teve conhecimento em 2017, e que foram os seguintes:

ROC N.º	Nome	Data de falecimento
662	Armindo Baptista da Silva	28-10-2016
420	Luís Esteves Afonso	11-03-2017

M. J. M. T.
Conf.
Am
Te
G



9 Agradecimentos

O Conselho Diretivo deseja agradecer aos Revisores Oficiais de Contas em geral, aos membros dos Órgãos Sociais, das Comissões Estatutárias e das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho e ao Pessoal da Ordem, bem como a todas as entidades públicas e privadas, toda a colaboração que prestaram à OROC durante o ano de 2017.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018

O Conselho Diretivo

José Rodrigues de Jesus

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Luís Manuel da Silva Rosa

António Francisco Xavier de Sousa e Menezes

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Luís Guilherme de Noronha e Távora Pinheiro Torres

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

[Handwritten signatures in blue ink, including the name 'M.T.']

Demonstrações Financeiras 2017

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Balanço em 31 de dezembro de 2017

Montantes em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2017	31-dez-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 326 209	2 397 822
Ativos intangíveis	6	0	0
Outros Investimentos Financeiros	11	2 036 430	550 305
		4 362 639	2 948 127
Ativo corrente			
Inventários	7	7 016	12 256
Associados	8	108 667	93 997
Outros créditos a receber	9	41 274	21 644
Diferimentos	10	25 795	10 910
Outros Ativos Financeiros	11	303 114	301 712
Caixa e depósitos bancários	4	1 109 551	2 607 147
		1 595 417	3 047 666
Total do ativo		5 958 056	5 995 793
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		5 185 033	5 029 334
Outras Variações Fundos Patrimoniais	12	215 625	215 625
Resultado líquido do período		21 673	155 699
Total dos fundos patrimoniais		5 422 331	5 400 658
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	68 376	60 839
		68 376	60 839
Passivo corrente			
Fornecedores		43 872	36 273
Estado e outros entes públicos	14	45 042	33 075
Diferimentos	10	100 882	139 317
Outras dívidas a pagar	15	277 553	325 631
		467 349	534 296
Total do passivo		535 725	595 135
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 958 056	5 995 793

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2017

Montantes em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Serviços prestados	16	1 914 975	2 039 268
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 074 951	-1 097 138
Gastos com o pessoal	18	- 750 630	- 710 815
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	7	- 5 440	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	- 4 942	6 689
Provisões	13	- 7 537	- 4 958
Aumento/redução do justo valor		2 660	9 960
Outros rendimentos	19	101 957	79 304
Outros gastos	20	- 82 154	- 91 011
Resultado antes de depreciações e amortizações		93 938	231 299
Gastos de depreciações e de amortizações	5/6	- 80 104	- 81 031
Resultado operacional		13 834	150 268
Juros e rendimentos similares obtidos		12 967	11 838
Juros e gastos similares suportados		- 5 128	- 6 407
Resultado líquido do período		21 673	155 699

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2016

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2016		5 014 546	215 625	14 788	5 244 959
Aplicação de resultados				- 14 788	- 14 788
Resultado líquido do período		14 788		155 699	170 487
Posição em 31.12.2016		5 029 334	215 625	155 699	5 400 658

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2017		5 029 334	215 625	155 699	5 400 658
Aplicação de resultados				- 155 699	- 155 699
Resultado líquido do período		155 699		21 673	177 372
Posição em 31.12.2017		5 185 033	215 625	21 673	5 422 331

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LMT', 'CMT', and 'Ch']

Demonstração dos fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2017

Montantes em Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e outros		1 900 305	2 049 367
Pagamentos a fornecedores		-1 067 352	-1 097 857
Pagamentos ao pessoal		- 750 631	- 713 813
Caixa gerada pelas operações		82 321	237 697
Recebimentos referentes a seguro RCP	4	1,086,761	1 010 906
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		114 925	48 488
Entregas referentes a seguro RCP	4	-1 086 333	- 996 185
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		- 199 261	- 106 344
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		- 1 586	194 562
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 8 483	- 10 566
Outros Ativos Financeiros		-1 486 125	- 338 000
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 494 608	- 348 566
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Varição de caixa e seus equivalentes ((1)+(2)+(3))		-1 496 194	- 154 004
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 908 859	3 062 863
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 412 665	2 908 859

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018



ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa e Serviços Regionais no Norte, instalados no Porto.

Outras informações podem ser obtidas na página da internet www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: sec.orgsociais@oroc.pt.

2. Referencial contabilístico

Aproveitando a faculdade prevista no artº 9.º - E do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho a OROC optou por aplicar, com as necessárias adaptações, o conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Rédito

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da Ordem é reconhecido como segue:

- i. Quotas – no período a que se refere a quotização;
- ii. Ações de formação – no período em que a respetiva ação de formação decorre;
- iii. Inscrições em exame – na data da realização do exame;
- iv. Estágio – no período de estágio.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Gom', 'Am', 'U', 'G14']

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados do período a que respeita tendo em conta o prazo das aplicações.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra, deduzido de depreciações acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Edifícios – 50 anos

Mobiliário – 8 anos

Equipamento informático – 4 anos

Máquinas fotocopiadoras – 5 anos

Outros equipamentos – 5 a 8 anos

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente programas de computador, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas. Os itens intangíveis apenas são reconhecidos como ativos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a OROC, se forem por ela controlados e se o respetivo valor puder ser mensurado com fiabilidade. Se estas condições não estiverem satisfeitas, os itens intangíveis são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis da OROC têm vida útil determinável. A amortização é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Programas de computador – 3 anos

3.4 Imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que a quantia pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AMT', 'Gof', 'Am', 'U', 'A', 'Cg']

3.5 Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo histórico de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, associados, outros valores a receber e a pagar e outros ativos financeiros e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor aproximado do respetivo justo valor dada a sua liquidez, com as exceções seguintes:

Os outros activos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado ou pelo justo valor dependendo se têm ou não um retorno fixo ou determinável e se têm ou não maturidade definida.

No que se refere aos valores a receber de associados, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade por contrapartida de resultados.

4. Fluxos de caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõe a caixa e seus equivalentes são os seguintes:

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2 000	20 798	20 798	2 000
Depósitos à ordem	890 036	9 322 900	9 778 975	433 962
Outros depósitos bancários	1 715 111	1 851 919	2 893 440	673 589
Outros Activos Financeiros	301 711	18 503	17 100	303 114
Caixa e equivalentes de caixa	2 908 858	11 214 119	12 710 312	1 412 665

A Ordem procede à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Os fluxos de entrega e de cobrança estão considerados como fluxos de caixa referentes às atividades operacionais. Esses fluxos foram considerados de forma desagregada por se terem observado diferimentos com alguma expressão entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.



Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis durante o período resume-se como segue:

Descrição	Terranos e Recursos Naturais	Edifícios e Out. Construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAL
Quantia bruta inicial	584 225	2 754 084	59 700	762 404	78 381	4 238 794
Depreciações acumuladas iniciais	0	988 060	59 700	717 168	76 044	1 840 972
Saldo no início do período	584 225	1 766 024	0	45 236	2 337	2 397 822
Aumentos do período	0	0	0	7 566	917	8 483
Aquisições	0	0	0	7 566	917	8.483
Diminuições do período	0	54 997	0	24 624	475	80 096
Depreciações	0	54 997	0	24 624	475	80 096
Quantia bruta final	584 225	2 754 084	59 700	769 970	79 298	4 247 277
Depreciações acumuladas finais	0	1 043 057	59 700	741 792	76 519	1 921 068
Saldo no final do período	584 225	1 711 027	0	28 178	2 779	2 326 209

6. Ativos intangíveis

Esta rubrica não registou qualquer movimento durante o período, apresentando o seu saldo nulo, o qual resulta do seguinte:

Descrição	Programas de computador
Quantia bruta	344 620
Amortizações acumuladas	344 620
Saldo no final do período	0

Os programas de computador mais relevantes a que se referem os ativos intangíveis são os relativos à aplicação para registo e controlo de atividade da profissão.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'WT', 'Conf', 'N', and 'Cq'.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. Inventários

Os inventários são relativos essencialmente a publicações técnicas cujo movimento durante o período foi o seguinte:

Mercadorias	31-12-2017	31-12-2016
Inventários iniciais	12 256	5 542
Compras	0	12 404
	12 256	17 946
Custo das mercadorias vendidas	298	147
Ofertas	0	5 543
Perdas por imparidade	4 942	0
Inventários finais	7 016	12 256

No período foi registada uma perda por imparidade no montante de 4.942 euros relacionada com a perda de valor de alguns livros que têm edições mais atuais.

8. Associados

O valor a receber de associados em referência a 31.12.2017 ascende a 146 489 euros (no ano anterior: 126 379 euros) o qual é apresentado no balanço deduzido das perdas por imparidade estimadas no montante de 37 822 euros (no ano anterior: 32 382 euros). Assim, as quantias a receber totalizam 108 667 euros em referência a 31.12.2017 (no ano anterior: 93 997 euros).

As perdas por imparidade estimadas registaram durante o período o movimento seguinte:

Perdas por imparidade de associadas	2017	2016
Saldo no início do período	32 382	39 070
Perdas por imparidade	5 440	14 129
Reversão e anulação (por abate de saldos)	0	20 817
Saldo no final do período	37 822	32 382

9. Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber detalha-se como segue:

Outras Contas a Receber	31-12-2017	31-12-2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	10 656	13 940
Devedores diversos	30 618	7 704
Total	41 274	21 644

O saldo de Devedores diversos inclui participantes em ações de formação, estagiários e outros.



A rubrica de acréscimos de rendimentos respeita essencialmente a juros de aplicações financeiras ainda não vencidas.

10. Diferimentos

As rubricas de diferimentos detalham-se como segue:

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
Ativo – Gastos a reconhecer		
Outros	25 795	10 910
Total	25 795	10 910
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
Formação	3 655	20 135
Estágio	47 626	60 750
Inscrição no exame	34 650	42 240
Outros	14 951	16 192
Total	100 882	139 317

No passivo, na rubrica de Outros, está incluída uma verba para o prémio de auditoria que ascende a pouco mais de 11 000 euros, conforme descrito na nota 12.

11. Outros Investimentos Financeiros e Outros Ativos Financeiros

Esta rubrica detalha-se como segue:

Outros Ativos financeiros	31-12-2017	31-12-2016
Ao justo valor por resultados		
Deutsche Bank – Gestão Discricionária	303 114	301 712
	303 114	301 712
Ao custo amortizado		
Brisa Concessão Rodoviária	96 500	96 500
OT 3,85%	60 155	60 155
OT 2,875%	55 650	55 650
OTRV Agosto 2021	172 625	20 000
OTRV Novembro 2021	521 500	318 000
OTRV Abril 2022	181 000	0
OTRV Agosto 2022	594 000	0
OTRV Dezembro 2022	355 000	0
	2 036 430	550 305
Total	2 339 544	852 017

12. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Nesta rubrica foi registada no exercício de 2015 a herança que o Sr. Dr. Gastambide Fernandes deixou à Ordem e que até ao momento ascendeu a 215 625 euros. Aguarda-se

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



ainda a divisão entre herdeiros de parte da sua herança, na qual se inclui uma conta de títulos existente no Montepio. O montante atribuído à Ordem até este momento foi aplicado em Obrigações e o rendimento que resulta desta aplicação será afeto a um prémio a atribuir no âmbito de um concurso de trabalhos sobre auditoria, como era vontade expressa do doador (ver nota 10).

13. Provisões

Em 2017 foi recebida a quantia de 7.537 euros (4.958 euros no ano anterior) de IRC que havia sido retido pelos Bancos sobre juros de aplicações de capital pagos à Ordem em 2016. O montante total provisionado em 31.12.2017 ascende a 68.376 euros.

Continua em estudo o enquadramento fiscal, em sede de IRC, dos juros de aplicações de capitais, recebidos pela Ordem. Dado terem sido obtidas opiniões divergentes e não ter sido ainda obtida uma conclusão em definitivo, continuou a proceder-se ao reforço da provisão pelo montante total recebido no período.

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	28 714	18 842
Imposto sobre o valor acrescentado	-184	1 236
Contribuições para a Segurança Social	16 513	12 997
Total	45 043	33 075

Não existem dívidas em mora ao Estado ou outros Entes Públicos.

O valor do imposto sobre o valor acrescentado é devedor por respeitar a uma importância a recuperar.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública estando os rendimentos da sua atividade isentos de IRC ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

15. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
Comissões estatutárias, técnicas, formadores e outros	0	4 277
Credores por acréscimos de gastos	251 080	254 891
Credores diversos	26 473	66 463
Total	277 553	325 631

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MT', 'Graf', 'A', 'U', 'A', and 'GA'.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos compõe-se como segue:

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações a liquidar	86 225	79 560
Júri de exame	10 283	6 190
Comissões técnicas	0	1 302
CPROC	5 535	1 392
Formação contínua	5 117	18 917
Controlo de qualidade	70 082	73 105
Órgãos sociais	18 670	7 713
Outras comissões e grupos trabalho	1 466	3 544
Comissão de estágio	6 580	4 042
Outros	47 122	59 126
Total	251 080	254 891

As quantias referentes ao controlo de qualidade correspondem aos trabalhos em curso iniciados na sequência do sorteio efetuado em 1 de junho de 2017 os quais incidem sobre os trabalhos concluídos pelos revisores ou sociedades de revisores no exercício de 2017.

16. Serviços prestados

O rédito reconhecido no período relativo a serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e detalha-se como segue:

Natureza	2017	2016
Quotas	1 159 762	1 184 174
Ações de formação	504 085	452 157
Inscrição, estágio e outros	251 128	402 937
Total	1 914 975	2 039 268

17. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica compreende as seguintes naturezas de gastos:

Natureza	2017	2016
Trabalhos especializados	163 660	199 680
Honorários	597 804	554 957
Conservação e reparação	21 162	15 626
Materiais	55 841	69 795
Energia e fluídos	20 798	20 662
Deslocações e estadas	103 618	110 198
Rendas e alugueres	24 356	37 742
Comunicação	33 905	27 106



Publicidade e propaganda	1 631	13 529
Seguros	5 211	7 138
Limpeza, higiene e conforto	9 140	8 877
Condomínios	10 533	10 474
Outros	27 292	21 354
Total	1 074 951	1 097 138

A rubrica de honorários inclui as quantias relativas a pagamentos efetuados aos Membros das Comissões Técnicas e a outros profissionais liberais.

A rubrica de trabalhos especializados inclui gastos no âmbito do apoio informático, atualização do Manual do Revisor Oficial de Contas, serviços de tradução e assessoria jurídica externa.

18. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

Natureza	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	93 896	93 681
Remunerações do pessoal	518 228	487 904
Encargos sobre as remunerações	133 836	125 172
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 037	3 358
Outros gastos com o pessoal	1 634	700
Total	750 631	710 815

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem é de 26, sendo todas remuneradas.

Os Órgãos Sociais são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Sociais não auferem remuneração, sendo atribuídas a título de compensação, senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:

Natureza	2017	2016
Assembleia Geral	330	990
Conselho Superior	4 442	7 428
Conselho Diretivo	45 741	55 951
Conselho Disciplinar	40 939	25 320
Conselho Fiscal	2 444	3 992
Total	93 896	93 681



Handwritten notes and signatures in blue ink:
Conf
Am
=

19. Outros rendimentos

Inclui o seguinte:

Natureza	2017	2016
Correções relativas a períodos anteriores	25 954	6 023
Multas	27 000	29 700
Patrocínios ao congresso	0	19 575
Outros réditos	49 003	24 006
Total	101 957	79 304

As correções relativas a períodos anteriores incluem a quantia de 7.537 euros relativa a IRC reembolsado pela administração fiscal relativamente à qual foi constituída a provisão referida na nota 13.

20. Outros gastos

Inclui o seguinte:

Natureza	2017	2016
Quotizações		
AE (antes FEE)	49 068	49 068
IFAC	28 799	29 307
CNOP	2 500	2 500
Diversas	742	752
Outros gastos e perdas	1 045	9 384
Total	82 154	91.011

21. Contribuições para Fundo de Pensões

A Ordem efetuou contribuições para fundo de pensões dos Revisores Oficiais de Contas, de acordo com os resultados gerados e as deliberações da Assembleia Geral. As contribuições foram as seguintes:

Contribuições	Quantia
Exercício de 2004, entregue em 2005	99 981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123 000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120 000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121 500
Exercício de 2008, entregue em 2008	100 000
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124 253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115 000
Exercícios de 2011 e 2012, entregue em 2015 (b)	151 672
Total	955 406

(a) Inclui juros no montante de 2.753 euros



(b) Inclui juros no montante de 1 672 euros

22. Acontecimentos após a data do balanço

O Conselho Diretivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras na sua reunião de 15 de fevereiro de 2018.

Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento aos saldos e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

[Handwritten signatures in blue ink]

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e nos termos estatutários, apresentamos o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e o Relatório e Contas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("Ordem"), relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2017, cuja elaboração é da competência do Conselho Diretivo.

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos para o triénio 2018 a 2020 e tomaram posse em 5 de janeiro de 2018, tendo recebido do Conselho Fiscal anterior os esclarecimentos necessários sobre as tarefas de fiscalização efetuadas no decurso de 2017 de modo a poderem subscrever este parecer.

Acompanhámos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as Contas da Ordem que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data, bem como o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Atividades do ano de 2017 preparado pelo Conselho Diretivo e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

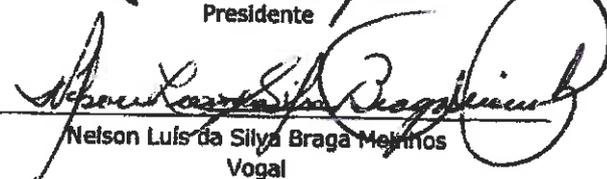
Não chegou ao conhecimento do Conselho Fiscal qualquer situação que desrespeitasse os estatutos ou os preceitos legais aplicáveis.

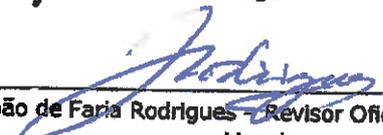
Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo colega Revisor Oficial de Contas, Vogal deste Conselho, que não contém reservas e merece o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de parecer que o Relatório e Contas supra referido, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados pela Assembleia Representativa.

Lisboa, 1 de março de 2018


João Luís Falua Costa da Silva
Presidente


Nelson Luís da Silva Braga Melhros
Vogal


João de Faria Rodrigues - Revisor Oficial de Contas
Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.958.056 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.422.331 euros, incluindo um resultado líquido de 21.673 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 14 de março de 2017.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria

incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

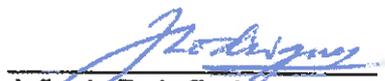
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Paço de Arcos, 01 de março de 2018


João de Faria Rodrigues

Revisor Oficial de Contas: 799
Número de Registo da CMVM: 20160429